

MANTIDA PELA FUNDAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
INSTITUCIONAL**

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

CAMPUS I: Rua Sagrada Família, 120, Bela Vista
CAMPUS II: Avenida General Salgado Viana, 364, Mirante do Rio
Teixeira de Freitas - Bahia | Telefone: (73) 3011-7000
www.ffassis.edu.br

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Instituição..... 10

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensões SINAES 70

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	7
1 PERFIL INSTITUCIONAL	8
1.1 IDENTIFICAÇÃO	8
1.1.1 Identificação da Mantenedora.....	8
1.1.2 Identificação da Instituição Mantida (Campus I)	8
1.1.3 Identificação da Instituição Mantida (Campus II)	9
1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES - FASB	10
1.3 MISSÃO, VISÃO, VALORES	11
1.4 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO.....	12
1.5 INSERÇÃO REGIONAL	15
1.6 A QUALIDADE INSTITUCIONAL NA FASB.....	16
1.7 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS.....	17
1.8 PERFIL DO EGRESSO	18
1.9 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL	22
2.1 Políticas de Ensino.....	22
2.2 Políticas de Extensão.....	24
2.3 Políticas de Pesquisa	26
2.4 Políticas de Pós-graduação	28
2.5 Políticas de Gestão.....	29
2.6 Políticas de Trabalho de Conclusão de Curso	30
2.7 Políticas de Atividades Complementares	31
2.8 Políticas de Estágio	32
2.9 Políticas Gerais de Avaliação	33
2.10 Responsabilidade social da FASB, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região.....	34
2.11 Políticas Gerais de Contratação de Docente e Técnico-administrativo.....	35
2.11.1 Corpo Docente.....	35
2.11.2 Corpo Técnico-administrativo	36
2.12. Formas de Acesso aos Cursos de Graduação da FASB	39
2.12.1 Processo Seletivo	40

2.2.2 Ingresso por Transferência, Portadores De Diploma, Reopção de Curso ou Utilização do ENEM.....	40
2.13 Processos Avaliativos e Prática Profissional.....	40
2.13.1 Processo de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	40
2.13.2 Quanto à Avaliação do Estágio	42
2.13.3 Quanto ao TCC.....	43
2.13.4 Quanto às Atividades Complementares	44
2.13.5 Quanto aos Projetos de Extensão.....	45
2.13.6 Quanto aos Projetos de Iniciação Científica	45
2.14 Internacionalização, Mobilidade Acadêmica e Inovação	46
2.15 Metodologias Ativas	50
3 CORPO DOCENTE	52
3.1. <i>Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica</i>	<i>53</i>
3.2 <i>Titulação Docente</i>	<i>53</i>
3.3 <i>Resumo do Regime de Trabalho do Corpo Docente.....</i>	<i>53</i>
3.4 <i>Políticas de Qualificação do Corpo Docente.....</i>	<i>54</i>
3.4.1 Objetivo Geral da qualificação Docente	55
3.4.2 Objetivos Específicos da Qualificação Docente	56
3.4.3 Política de Capacitação	56
3.4.5 Os critérios de seleção e contratação.....	57
3.4.6 Procedimentos para Substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro	57
4 CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.....	59
4.1 <i>Critérios de Seleção e Contratação</i>	<i>59</i>
4.2 <i>Políticas de Qualificação e Plano de Carreira.....</i>	<i>59</i>
5 CORPO DISCENTE	61
5.1 FORMAS DE ACESSO.....	61
5.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA DO ALUNO NO CURSO	61
5.3 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	62
5.3.1 <i>Programas de apoio pedagógico</i>	<i>62</i>
5.3.1.1 Programa de Nivelamento Discente	62
5.3.1.2 Programa de Monitoria	63
5.3.1.3 Equipe Multidisciplinar de Avaliação e Acompanhamento de Processos Educacionais (EMAAPE)	63
5.3.2 <i>Programas de apoio financeiro</i>	<i>65</i>
6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES.....	66
6.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO	66

7 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL	67
7.1 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	67
7.2 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	68
REFERÊNCIAS	72

APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), em seu artigo 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. O texto legal, ao preconizar esse ditame, deixa-nos clara a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão a respeito de sua intencionalidade educativa.

Assim, este documento configura-se num esforço coletivo dos profissionais da educação da FASB, sabedores de seu compromisso quanto à função social da escola, cômicos, outrossim, de seu objetivo mais importante que é o de respaldar as ações pedagógicas e administrativas no âmbito desta Instituição de Ensino Superior.

Em última análise, nossa reflexão encontra fulcro especialmente na prática pedagógica cotidiana, assim como na discussão dos embasamentos teóricos que nos apontam uma “práxis” responsável e sintonizada com uma escola de qualidade, fortemente comprometida com o crescimento sociopolítico, econômico, cultural etc. de nossa Região, de nosso Estado, de nosso País.

Faculdade do Sul da Bahia, abril de 2014.

Profa. Lay Alves Ribeiro – Irmã Cristina

Presidente da Fundação Francisco de Assis

Diretora Geral da Faculdade do Sul da Bahia-FASB

INTRODUÇÃO

Projeto Político Pedagógico é o plano global da IES, cujo discurso e prática se constroem atentando-se para o desenvolvimento de suas três funções indissociáveis e interlocutoras, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, entendemos, também, como uma sistematização de ideia e práticas educativas, não definitivas, mas que dá margem ao delineamento de um processo que se quer planejado, participativo e dialético.

O tão decantado binômio ensino-aprendizagem continua a exercer importante função na Faculdade do Sul da Bahia, porque acreditamos nele, especialmente se construído a partir de aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos, os quais subjazem ao presente Projeto, além de outro pressuposto que o norteia: estrutura curricular inovadora, importante elemento da organização acadêmica, o qual deve ser concebido como um espaço que propicie ao aluno formação plural, dinâmico e multicultural, especialmente sedimentado nos referenciais pedagógicos, psicológicos, epistemológicos e socioantropológicos, sem perder de vista o perfil dos sujeitos acadêmicos.

Ao elaborarmos este Projeto, concebe-se planejamento educacional na esfera de procedimento organizativo-estrutural capaz de tornar viáveis a articulação, a coerência e a convergência das ações que consideramos condição *sine qua non* para ensejar duas dimensões: de um lado, aquelas consideradas específicas da escola – pedagógica, administrativa e comunitária; de outro, as de cunho geral – políticas, econômicas, culturais, filosóficas etc.)

Ora, com base nesses pressupostos, acreditamos ter trazido a lume um Projeto cuja essência filosófica e política traduz o conceito de ensino de nossa IES. Ademais, esses mesmos pressupostos são determinantes para a formação não só técnica de nossos alunos, mas também humanística. É a nossa crença!

Faculdade do Sul da Bahia, abril de 2014

Prof. Dr. Valci Vieira dos Santos

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO

A Faculdade do Sul da Bahia – FASB foi a primeira Instituição de Ensino Superior privada no município de Teixeira de Freitas/BA. Este fato representou um marco importante no processo de interiorização do ensino superior na Região do Extremo Sul da Bahia contribuindo no crescimento e desenvolvimento local e regional, por ser a única Instituição da região focada na área da gestão e desenvolvimento tecnológico.

1.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome:	FUNDAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS - 1132		
Categoria Administrativa:	Pessoa jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos		
CNPJ:	03.760.257/0001-30		
Endereço:	Rua Sagrada Família	Número	120
Complemento	-	Bairro	Bela Vista
UF:	Bahia	Município	Teixeira de Freitas
CEP:	45990-283		
Telefone:	(73) 3011-7000		
e-mail:	ffassis@ffassis.edu.br		

1.1.2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA (CAMPUS I)

Nome Proposto:	FACULDADE DO SUL DA BAHIA - 1790		
Sigla:	FASB		
Endereço:	Rua Sagrada Família	Número	120

Complemento	-	Bairro	Bela Vista
UF:	Bahia	Município	Teixeira de Freitas
CEP:	45990-283	Telefone	(73) 3011-7000
e-mail:	ffassis@ffassis.edu.br	Organização Acadêmica	Faculdade

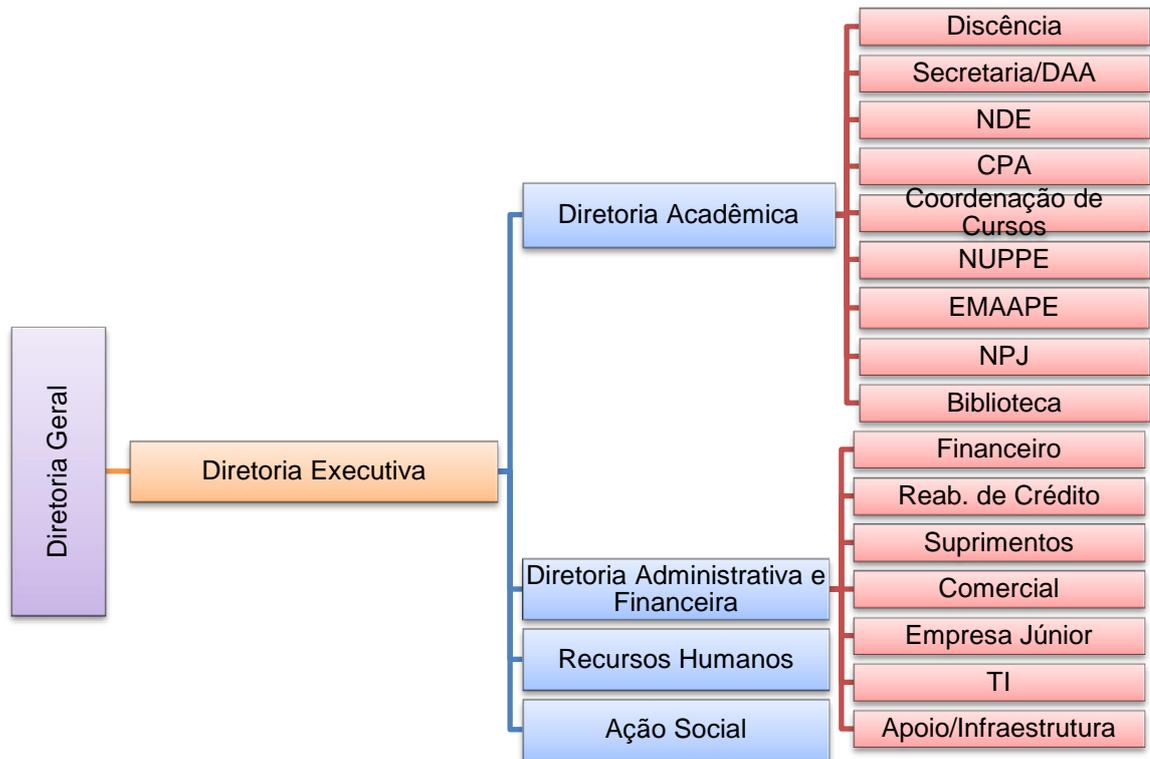
1.1.3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA (CAMPUS II)

Nome Proposto:	FACULDADE DO SUL DA BAHIA		
Sigla:	FASB		
Endereço:	Av. Gal. Salgado Viana	Número	364
Complemento	-	Bairro	Mirante do Rio
UF:	Bahia	Município	Teixeira de Freitas
CEP:	45988-174	Telefone	(73) 3011-7000
e-mail:	ffassis@ffassis.edu.br	Organização Acadêmica	Faculdade

1.2 Estrutura Organizacional da IES - FASB

A figura 1 retrata a estrutura organizacional da FASB.

Figura 1 - Organograma da Instituição



1.3 Missão, Visão, Valores

A Missão e Visão da Faculdade do Sul da Bahia se resumem em:



Os Valores da instituição envolvem:



1.4 Objetivos da Instituição

A Faculdade do Sul da Bahia - FASB entende que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é produto da construção de todos os atores envolvidos em sua atividade-fim. Portanto, pressupostos como coletivo, conjunto, classe e abrangência são ferramentas de incidência palatável nas discussões ocorridas por ocasião de sua formatação.

Desta forma, os objetivos e metas elencados abaixo são organismos gestados naquelas discussões e, como elementos nascidos do desejo e da experiência da classe educacional, servirão como base para a atuação, crescimento e construção da identidade da FASB nos próximos cinco anos.

Em sua trajetória de atividades, a Faculdade do Sul da Bahia prioriza os seguintes objetivos:

- I. Atuar na discussão, criação e promoção de processos educacionais, no desenvolvimento social e na radiodifusão, sem fins lucrativos;
- II. Prestar serviços consonantes com a atividade profissional em geral, em todas as áreas de conhecimento, do Ensino Superior, Pós-Graduação *Lato Sensu*, *Stricto Sensu* e cursos de extensão;
- III. Possibilitar estudos que demonstrem as condições sociais da população, e possibilitar soluções que proporcionem a melhoria e o desenvolvimento social;
- IV. Planejar, coordenar e implantar atividades de integração e envolvimento sociocultural, neles inclusos os procedimentos de elaboração de projetos e de ampliação dos horizontes sociais;
- V. Colaborar com os setores públicos e privados na obtenção de meios que promovam a realização dos benefícios de interesse social;
- VI. Representar ações nas entidades de ensino em procedimentos correlacionados à proteção dos direitos e interesses de seus Colaboradores, Corpo Docente e Discente, em qualquer instância

administrativa e judicial;

- VII. Proporcionar assessoria aos Colaboradores, Corpos Docente e Discente, na melhoria do desempenho das atividades e interesses coletivos;
- VIII. Promover cursos, seminários e palestras que objetivem a capacitação profissional, cultural e social de seus Colaboradores, Corpo Docente e Discente, no que tange às premissas e valores da Instituição;
- IX. Atuar sem discriminação política, racial, religiosa ou social;
- X. Publicar revistas, livros, jornais e periódicos para apoio e divulgação de atividades de pesquisa, tais como: anais de eventos, produção técnica e acadêmica, além de iniciação científica e eventos relacionados à atividade-fim;
- XI. Fundar, manter e administrar entidades, obras de serviços, centros culturais, museus, bibliotecas, creches e centros de lazer, sem fins lucrativos;
- XII. Patrocinar e divulgar eventos culturais, exposições, espetáculos e festivais de arte, de música e de teatro;
- XIII. Realizar, desenvolver, estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas de conhecimento e cultura, especialmente aqueles que configurem como processos de extensão acadêmica e apoio à comunidade;
- XIV. Contratar e estabelecer parceria com terceiros para os serviços técnicos e/ou especializados não desenvolvidos e necessários em suas atividades, além de convênios de cooperação técnica, ajuda mútua, transferência de tecnologia e aquisição de *know-how*;
- XV. Estimular a criação cultural e humanística, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;
- XVI. Formar diplomados e certificados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para

a participação no desenvolvimento da sociedade e para colaborar na sua formação continuada;

- XVII. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e da difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- XVIII. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- XIX. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade;
- XX. Promover a extensão, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.5 Inserção Regional

A Instituição, que já é referência no Extremo Sul da Bahia, também objetiva ser referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional e cultural da região do extremo sul baiano, através do oferecimento de ensino superior nas diferentes áreas do conhecimento, integrado à pesquisa e à extensão. Essa missão se coloca como uma forma de atingir a maioria dos campos profissionais da sociedade. A Faculdade do Sul da Bahia (FASB) entende que, na interação dinâmica com a sociedade, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

A FASB, mantida pela Fundação Francisco de Assis, é uma Instituição de ensino superior, que atende aproximadamente 1.300 alunos distribuídos nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e é localizada em Teixeira de Freitas, extremo sul do Estado da Bahia, região que faz limites com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Teixeira de Freitas possui uma área de 1.154 km², e distante 738 km da capital Salvador. Possui acesso através da rodovia federal BR 101 e estaduais BA 696 e 290, que ligam o nordeste ao sul do Brasil e por onde são transportados os principais produtos da região.

A infraestrutura bancária é composta pelos principais bancos da União e da iniciativa privada (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander e Sicoob).

No ramo da agricultura, ocupa lugar de destaque na produção baiana de florestas de eucalipto, melancia e mamão. Na pecuária, apresenta importante criação de bovinos, além de rebanhos suínos, equinos e muares. A região onde está situada Teixeira de Freitas possui indústrias, das quais se destacam a Usina Santa Maria, Unial e Ibirálcool (indústrias de etanol), Suzano Papel e Celulose/Fibria e Veracel (indústrias de papel e celulose) e uma fábrica de calçados da Grendene. Segundo registros na Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, a cidade ocupa o 12^o lugar na posição geral do Estado da Bahia, além de possuir 5.305 estabelecimentos comerciais, 10^a posição entre

os municípios baianos. No setor de bens minerais, é produtor de argila e rochas. Seu parque hoteleiro registra 616 leitos.

1.6 A qualidade institucional na FASB

Para a FASB, qualidade institucional é um atributo que se manifesta em toda sua dinâmica processual e os resultados produzidos, que expressa a consecução, nos graus estabelecidos como desejáveis, da missão da instituição, bem como da observância de seus princípios e diretrizes de ação. A qualidade, assim entendida, deve estar presente nas atividades-fim que desenvolve – ensino, pesquisa e extensão, no seu sistema de gestão e nas relações com a comunidade. Assim, para se buscar no horizonte institucional, objetivos associados à ideia de qualidade, faz-se necessário definir referenciais que norteiem as ações, orientando o seu planejamento e permitindo avaliar resultados.

Com fulcro em proposições da *Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI* (UNESCO, 1998), a FASB elegeu alguns referenciais que deverão orientar o cumprimento da sua missão nos próximos anos:

- **Respeito à pessoa** enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- **Respeito à diversidade de pensamento**, assegurando a sua convivência;
- **Convivência na diversidade**, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- **Disseminação de todas as formas de conhecimento** que a Instituição abriga, democratizando continuamente o acesso ao mesmo;
- **Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos** que respondam às demandas sociais;
- **Compromisso com a missão e os objetivos da Faculdade do Sul da Bahia-FASB**, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

1.7 Princípios Pedagógicos e Metodológicos

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos, que norteiam as práticas acadêmicas da Faculdade do Sul da Bahia têm como diretriz norteadora a criação de um ambiente pedagógico privilegiado para a produção e a construção do conhecimento pelo professor, pelo aluno e pelo tutor, a partir dos valores essenciais como a liberdade de aprender e ensinar, a disseminação do conhecimento para as classes excluídas, por meio do acesso e a permanência de pessoas que pertençam a esse contexto, a transformação da realidade social, além da valorização dos profissionais da educação e dos demais princípios expressos na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, os valores estéticos, políticos e éticos norteadores da educação superior.

Objetiva-se uma composição abrangente onde se privilegia a ciência, o entorno social e o campo de atuação profissional, refletindo a filosofia e a prática institucional. Para que os objetivos da Faculdade sejam alcançados serão utilizadas teorias e metodologias que favoreçam uma aprendizagem significativa, tanto sob a ótica do trabalho quanto da própria vida. Ressaltamos abaixo os princípios que norteiam o Projeto Pedagógico Institucional da Instituição, sendo que os princípios fundamentais podem ser resumidos como a formação para a cidadania, a integração, a responsabilidade social, o pluralismo, a universalidade, a ética e a transparência.

- A formação humanística do profissional, voltada para a autonomia, a cooperação e a solidariedade;

- A formação de pessoas, o ensino, os projetos de iniciação científica, a extensão, as parcerias com a comunidade e a gestão institucional, planejados a partir da realidade de todos os segmentos sociais e institucional, objetivando a integração do trabalho acadêmico e administrativo em suas dimensões éticas, políticas e humana;

- A educação para a vida como processo permanente, mediatizada por atividades que contribuam para o avanço do saber e para o envolvimento com o trabalho e com a comunidade;

- O crescimento e desenvolvimento da Instituição, mediante a expansão, diversificação e o desenvolvimento do ensino, dos projetos de iniciação

científica e extensão em um permanente diálogo com a comunidade acadêmica e região, viabilizando o acesso de todos a bens e avanços culturais, científicos, tecnológicos e sociológicos.

- A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, a flexibilização curricular que considere a diversidade sociocultural e o desenvolvimento do aluno, norteando a estrutura curricular de cada curso de graduação demonstrando nos projetos políticos-pedagógicos.

- A implementação de programas de capacitação de docentes e funcionários da IES, fortalecida mediante o aprimoramento das oportunidades de qualificação.

1.8 Perfil do egresso

A Instituição busca formar egressos com formação cidadã crítica, reflexiva e dinâmica capacitando-os intelectual e profissionalmente, para atender às exigências do mundo do trabalho, além de atuar na sociedade para transformá-la.

O foco das políticas da FASB está em sua missão, visão e valores. Os conteúdos trabalhados possibilitam ao egresso seu aperfeiçoamento nas relações sociais, profissionais e familiares, bem como a capacitação para gestão de si e de outros. Os conteúdos estão firmemente alicerçados em um ensino de qualidade e na construção de significados para o egresso.

Ao perfil institucional, alia-se o perfil de egresso definido nas DCNs específicas de cada curso.

Ademais, ressalta-se a importância do acompanhamento de egressos, que significa focar atenção nos ex-alunos, investigando suas trajetórias profissionais, a partir de suas realidades pessoais, acadêmicas e sociais, numa busca de dados relevantes, que contribuirão para a melhoria da qualidade de ensino e atualização dos cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação, além da revisão de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A Faculdade do Sul da Bahia, em seus cursos, prioriza a formação de profissionais que:

- Tenham competência técnica e política, em sua área de atuação;
- Sejam capazes de tomar decisões;
- Construam uma cultura geral ampla e significativa;
- Sejam comunicativos;
- Zelem por princípios éticos;
- Atuem numa visão humanística, com responsabilidade social;
- Saibam ouvir e respeitar a opinião do outro, sabendo expor suas próprias ideias e concepções;
- Busquem continuamente conhecimento e informações atualizadas;
- Tenham competência para se comunicar em linguagem oral e escrita, na língua portuguesa;
- Sejam capazes de atuar preventivamente, com raciocínio lógico e capacidade de análise crítica.

Com tais preocupações, pensa-se estar desenvolvendo conhecimentos, atitudes e habilidades que atendam ao perfil dos egressos preconizados nas diretrizes curriculares de cada curso.

1.9 Organização didático-pedagógica

O projeto pedagógico de cada curso da Faculdade do Sul da Bahia possibilita e possibilitará a seus alunos sólida formação geral profissional, utilizando metodologias que desenvolvam competências e habilidades, como possibilidade de desenvolvimento do pensamento, da autoanálise e da autoaprendizagem.

Cada curso, em seu projeto pedagógico (PPC), definirá de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, com clareza, o perfil do egresso desejado, a área de atuação do profissional formado, as competências e os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais essenciais para o bom desempenho profissional.

O PPC deve ser construído coletivamente e apresentar alguns elementos:

- I. Marco referencial institucional;
- II. Identificação do curso (concepção, finalidades, mercado, perfil do egresso, regime acadêmico);
- III. Organização curricular (fundamentos teóricos, objetivos, componentes curriculares, competências a serem atingidas, conteúdos essenciais para o alcance das competências, flexibilidade curricular, atividades complementares, estágios curriculares supervisionados, bibliografias básicas e complementares);
- IV. Políticas de curso (extensão, colegiados, normas e regulamentações);
- V. Concepção metodológica do curso (atividades de aprendizagem presenciais e não-presenciais, avaliação);
- VI. Avaliação do projeto pedagógico (coerência entre os elementos constitutivos, pertinência da estrutura curricular com o perfil profissional desejado);
- VII. Estrutura para desenvolvimento do projeto pedagógico (direção acadêmica, corpo docente e administrativo, qualificação, regime de trabalho, dados sobre o corpo docente); e
- VIII. Infraestrutura (sala de aula, laboratórios, equipamentos, biblioteca, Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e etc.).

Cada curso deve, a estes elementos, acrescentar as especificidades conforme a legislação e os padrões de qualidade respectivos.

A Faculdade busca organizar-se em torno de alguns pilares:

- Aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão;
- Aprender a fazer, para poder agir sobre o meio que a cerca;
- Aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;
- Aprender a ser, elo que integra os três pilares anteriormente citados.

De acordo com o posicionamento estratégico da Faculdade, qualquer projeto de curso, necessariamente, deve ser construído para que seja sustentável. Desta forma foi concebido com as seguintes bases.

- **Perfil profissional almejado**: elaboração do perfil profissional almejado para o egresso de acordo com as DCNs e as necessidades do mercado em que está inserido o curso;
- **Campo de atuação de cada curso**: definição do campo de atuação com o intuito de facilitar o estabelecimento das competências e habilidades necessárias para o bom desempenho profissional;
- **Competências**: definição das competências necessárias para atingir o perfil profissional, bem como cada um dos campos de atuação do curso;
- **Habilidades**: definição das habilidades (procedimentais e atitudinais) essenciais para o perfil profissional desejado e para cada campo de atuação do curso;
- **Disciplinas**: construção das disciplinas que irão fazer parte da grade curricular de cada curso;
- **Atividades de aprendizagem**: elaboração das atividades de aprendizagem para desenvolver as competências e as habilidades necessárias para atingir o perfil profissional.

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO

O ensino é uma das dimensões que possibilita a democratização e o acesso ao conhecimento elaborado, transformando-o em ações práticas de intervenção no meio social e no mundo do trabalho. Nesse contexto, o conhecimento aparece como mediação do poder e como ferramenta da criação de símbolos através de um processo de intencionalização técnica e política, deixando de ser mecânica, projetando o trabalho como sentido.

Daí se esperar da educação que ela constitua, em sua efetividade prática, um decidido investimento na consolidação das forças construtivas dessas mediações. Impõe-se assegurar que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que ela lhes possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais.

Cabe ainda à educação desvendar os mascaramentos ideológicos de sua atividade, evitando assim que se instaure como mera força de reprodução social e se torne capaz de vir a ser força de transformação da sociedade, de tantas maneiras quantas as permitidas pela criatividade de mentalidades preparadas e abertas para a sensibilidade do social, capazes de propor e executar alternativas que projetem as comunidades a outros patamares de qualidade de vida. Visão esta não ingênua de que a educação tudo pode, sozinha, dar conta de fazer a transformação da sociedade, mas a de que o que lhe compete fazer não deve deixar de ser feito. Assim, as políticas educacionais da FASB buscam desenvolver, para os seus acadêmicos, uma base sólida de formação e desenvolvimento de habilidades e competências para o mercado de trabalho, contextualizando o ensino às realidades social, cultural e psicológica. A Instituição visa a formar cidadãos éticos, críticos, atuantes em seus entornos social, cultural e político, de forma autônoma e responsável. Nesse contexto, compõem as políticas de ensino os seguintes itens:

- I. Atualizar, dinamizar e flexibilizar as estruturas curriculares dos cursos;
- II. Criar estratégias de aprendizagem, adicionando novos conhecimentos significativos aos futuros profissionais;
- III. Capacitar os docentes para o papel mais ativo de facilitadores e orientadores da aprendizagem;
- IV. Incentivar os docentes na busca da qualificação profissional, através da formação continuada;
- V. Oferecer aos professores cursos de inovações didáticas, com a aplicação de novas formas de ensinar;
- VI. Incentivar os docentes no desenvolvimento de projetos interdisciplinares, superando a fragmentação da informação, oportunizando um ensino integrado e a proximidade da teoria e prática;
- VII. Impulsionar o incentivo aos projetos de iniciação científica e à extensão;
- VIII. Desenvolver programas de pós-graduação, relacionando-os com os cursos de graduação ofertados;
- IX. Manter projetos pedagógicos adequados às legislações vigentes e ao mercado de trabalho;
- X. Incorporar as novas tecnologias à educação, como recurso no desenvolvimento das aprendizagens;
- XI. Criar novas formas de relação interinstitucional, seja através de redes virtuais e/ou ensino a distância;
- XII. Estabelecer parcerias nacionais e internacionais para iniciação científica e formação crítico-social, através de intercâmbios de professores e alunos;
- XIII. Ampliar a base de conhecimento da sociedade para que seja transformadora da realidade, ao mesmo tempo em que preserva a cultura e os valores sociais pré-existentes;
- XIV. Aplicar programas de monitorias, de forma a dar apoio pedagógico aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas;
- XV. Promover reuniões de colegiado para analisar, avaliar, informar e ajustar os procedimentos pedagógicos, de acordo com as necessidades educacionais, psicológicas e culturais dos alunos;
- XVI. Reformular critérios avaliativos, oportunizando avaliação diagnóstica e formativa;
- XVII. Orientar as Atividades Complementares através de critérios específicos que favoreçam a flexibilização de conteúdos e a possibilidade de formação diferenciada;

- XVIII. Acompanhar, mediar e facilitar o desenvolvimento das atividades de pesquisa de aprofundamento de conteúdo, para a elaboração do trabalho de conclusão de curso;
- XIX. Criar cursos de graduação para atender às necessidades de qualificação de recursos humanos para a região de influência da FASB.

2.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre ensino superior e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

As políticas de extensão da FASB estão assim configuradas:

- I. Propiciar a troca de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmico e empírico;
- II. Trabalhar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da FASB na comunidade;
- III. Instrumentalizar o processo dialético da relação teoria-prática;
- IV. Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficie a visão integrada do social;
- V. Identificar e atender as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais; e,
- VI. Estimular o desenvolvimento de projetos e atividades de prestação de serviços à comunidade e de interesse institucional.

Assim, as ações de extensão devem primar pela formação humana, sócio-política e ambiental, expandindo seu caminho para a questão social e cultural, por intermédio com a sociedade, num constante processo de avaliação sobre como a Faculdade tem enriquecido a sociedade em que atua.

EMPRESA JÚNIOR

A empresa júnior constitui-se em uma associação civil, sem fins lucrativos, com finalidade educacional, constituída e gerida por estudantes de graduação com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para

o desenvolvimento acadêmico-profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho. As atividades desenvolvidas pela empresa júnior serão inseridas no conteúdo acadêmico e serão consideradas como ações de extensão, para fins de flexibilização curricular.

Os fins da empresa júnior são educacionais e não lucrativos e deverão contemplar as seguintes finalidades:

- I. aperfeiçoar o processo de formação acadêmica por meio da experiência profissional e empresarial, ainda em ambiente acadêmico;
- II. Incentivar e estimular o empreendedorismo e promover o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados;
- III. Melhorar as condições de aprendizado em nível superior, aplicando os conhecimentos teóricos à prática por meio de atividades de extensão;
- IV. Proporcionar aos estudantes a preparação e valorização profissional por meio da adequada assistência de professores;
- V. Intensificar o relacionamento da FASB e a sociedade visando o desenvolvimento social e econômico.

LIGAS ACADÊMICAS

As ligas acadêmicas são organizações estudantis, criadas e gerenciadas por acadêmicos, fato importante para a condução das atividades, dentro das determinações de seus projetos e coordenada por um professor que tenha disponibilidade para participar ativamente dos trabalhos e projetos da Liga. Geralmente, as ligas acadêmicas são baseadas em problemas da comunidade na qual estão inseridas, identificando-os e pesquisando-os, com o objetivo de ajudar a propor soluções. Dentre as exigências de funcionamento para uma Liga acadêmica, está a de criação de um estatuto próprio contendo todas as normas de funcionamento, diretoria, parâmetros do processo seletivo e outras informações importantes que devem ser obedecidas e respeitadas pelos seus membros. para a sua concretização.

Dentre o rol de atividades desenvolvidas pelas ligas acadêmicas estão a realização de projetos de pesquisa, organização de eventos científicos como

simpósios e cursos, estudo de assuntos relacionados com o tema da liga e ações de intervenção junto à comunidade.

2.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

A pesquisa na Faculdade do Sul da Bahia-FASB é entendida como busca, indagação de respostas aos problemas que a realidade impõe ao cotidiano acadêmico, e como dever de ofício, dever dos que se dedicam a fazer da docência, mais do que o exercício de uma profissão regulamentada, por estar comprometido com o dever de realidades, que se sente na obrigação de contribuir para modificá-las, alterá-las, pelo fazer diário. Ser docente-pesquisador – e aí não importa se pesquisa se acha no âmbito *lato* ou *stricto sensu* -, é buscar respostas para as demandas que o alunado e as comunidades do entorno institucional apresentam; é sentir-se desafiado a criar alternativas que apontem outras construções possíveis ao que a realidade apresenta; é sentir-se instigado pelo cotidiano e ser um instigador, incitando o alunado a acompanhá-lo nessa travessia criadora e, por vezes, transgressora.

Assim, como forma de implementar e estimular a realização de atividades de pesquisa na Faculdade do Sul da Bahia, a IES criou os Seminários de Iniciação Científica-SIC, por entender que a iniciação científica é a tradução exata de saber pensar e “aprender a aprender”. Por outro lado, é indissociável das atividades de ensino e de extensão, além de contribuir para a elevação da qualidade dos processos educacionais, melhorando a qualificação docente, aprimorando a formação do corpo docente e gerando benefícios para a comunidade regional.

A FASB tem como políticas de pesquisa:

- Apoio institucional à realização das atividades de pesquisa, englobando aporte financeiro, humano, físico e tecnológico;
- Busca de novas fontes de recursos financeiros para auxílio à iniciação científica e à pesquisa, como meio de potencializá-las;
- Auxílio à qualificação dos docentes, perseguindo a meta de se ter um corpo de profissionais formado por mestres e doutores;

- Orientações para a escolha e seleção da temática dos trabalhos de pesquisa e extensão, em sintonia com as necessidades e demandas da sociedade do entorno dos *campi*, expressas nas Linhas Curriculares Institucionais;
- Promoção de intercâmbio com instituições científicas, nacionais e estrangeiras, visando a desenvolver projetos conjuntos e troca de experiências com outros pesquisadores;
- Ampliação e consolidação da busca de parcerias com vistas a desenvolver atividades de pesquisa;
- Incentivos à divulgação e publicação dos resultados científicos dos seus estudos e pesquisas;
- Estabelecimento de projetos que atendam às Linhas Curriculares Institucionais (LCIs) e que ensejem pesquisas estimuladoras da transdisciplinaridade e da integração entre cursos e áreas do saber;
- Fomento de pesquisas voltadas ao atendimento da demanda social;
- Articulação da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), de graduação e pós-graduação *lato sensu* às LCIs, coletivamente estabelecidas.

Já no âmbito da iniciação científica, as políticas da FASB são:

- Oportunizar eventos destinados ao debate de temas científicos e culturais sobre aspectos da realidade local e regional, interagindo docentes e discentes;
- Incentivar a participação dos alunos em projetos de iniciação científica;
- Estimular a participação de discentes e docentes em Encontros, Conferências e Congressos, para apresentação de trabalhos desenvolvidos nos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* da FASB;
- Estimular a participação de docentes nas atividades de orientação de projetos de iniciação científica de interesse institucional;
- Desenvolver a mentalidade crítica e reflexiva prevista nas DCN's dos cursos;
- Incentivar docentes e discentes, no desenvolvimento de projetos interdisciplinares, oportunizando aprendizagem integrada.

2.4 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A FASB entende a pós-graduação como a oportunidade para o crescimento profissional, através dos Programas de Educação Continuada. A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* acontece de formas distintas:

- I. Por demanda do mercado de trabalho, na busca de recursos humanos cada vez mais qualificados;
- II. Por estímulo dos cursos de graduação dentro do programa de Educação Continuada;
- III. Por parcerias com instituições públicas e privadas.

A construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-graduação *lato sensu* deve atender à Resolução nº 1, de 06 de abril de 2018.

Para cada curso de especialização será previsto Projeto Pedagógico de Curso (PPC), constituído, dentre outros, pelos seguintes componentes:

I - matriz curricular, com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, contendo disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, com o respectivo plano de curso, que contenha objetivos, programa, metodologias de ensino-aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;

II - composição do corpo docente, devidamente qualificado. O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.

III - processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes.

Os certificados de conclusão de cursos de especialização devem ser acompanhados dos respectivos históricos escolares, seguindo o disposto na Resolução nº 1/2018.

A Faculdade do Sul da Bahia também prevê a implantação de pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de Mestrado visando ampliar as opções de formação e educação continuada para atender as demandas da sociedade. a

instituição também reafirma seu compromisso regional, visto que o programa é possibilitador de grandes transformações sociais nos próximos anos.

2.5 POLÍTICAS DE GESTÃO

A educação deve valorizar a descoberta e a prática consciente de novas formas de pensar e compreender o mundo, donde se depreende que é preciso que se estimulem práticas que possibilitem a integração, o resgate do humano, a solidariedade e cooperação, ao lado dos conhecimentos, competências e habilidades necessárias ao exercício profissional dos cursos oferecidos pela Faculdade do Sul da Bahia.

Ao processo educativo, à tarefa de preparar seres humanos para a sociedade, soma-se a tarefa de enfrentar as exigências do mercado de trabalho, dando aos egressos as condições de nele sobreviver. A tarefa de educadores amplia o sentido de conduzir esse processo, para que seja possível transcender o próprio trabalho, a fim de encontrar nele seu profundo significado humano, viver em comunidade, sem se converter em massa, participar da vida e dos problemas da sociedade, podendo fazer uso da liberdade. O trabalho ocupa lugar privilegiado na existência e realização humanas.

Tudo o que a Faculdade do Sul da Bahia-FASB oferece aos alunos será agregado por eles para alcançar o sucesso pessoal dentro do mercado. A missão institucional requer a discussão dos conteúdos disciplinares, nas diferentes atividades acadêmicas desenvolvidas. Questões profundas sobre esse mercado, tais como: a divisão entre trabalho braçal e intelectual, a relação capital-trabalho, a questão do lazer; a precarização das condições de trabalho e sua relação como mercado global, a escassez da oferta dos postos de trabalho, entre outras questões, como essas perpassam hoje o universo formativo dos profissionais do século XXI. Por isso, a instituição não pode se omitir de discuti-las.

A estrutura organizacional desta Instituição de Ensino Superior prevê a participação de representantes da comunidade acadêmica e da sociedade, em

diversas instâncias decisórias, em colegiados, como o Conselho Superior, Conselho de Ética da Pesquisa, na Comissão Própria de Avaliação, nos Núcleos Docentes Estruturantes etc.

A horizontalidade das relações, a participação efetiva na vida acadêmica, as oportunidades de contribuições e realizações em projetos de ensino, pesquisa e extensão, a vida comunitária, as condições físicas oferecidas, o fulcro na atenção ao alunado e no seu pronto atendimento, as políticas de interligação e complementaridade das atividades-fins e meios na instituição, conduzem e constroem a democratização dos processos e vida universitária.

São consideradas políticas de gestão da FASB:

- I. Permanente integração entre unidade mantida e entidade mantenedora;
- II. Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- III. Autonomia na gestão de pessoas;
- IV. Otimização da utilização de laboratórios e recursos multimídias entre diferentes cursos;
- V. Promoção do aperfeiçoamento contínuo do corpo docente e técnico administrativo;
- VI. Busca de parcerias com instituições públicas e privadas, visando assegurar a Missão Institucional;
- VII. Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem;
- VIII. Valorização dos profissionais da Instituição, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho;
- IX. Estimular a prática dos valores institucionais por meio de treinamentos constantes;
- X. Contribuir para a sustentabilidade financeira da entidade mantenedora.

2.6 POLÍTICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os cursos de graduação oferecidos pela FASB têm como uma das diretrizes fundamentais o estímulo ao desenvolvimento, ao longo do curso, de trabalhos acadêmicos. Este consistirá na elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (quando previsto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do

curso) artigo científico, relatório técnico-científico, seminário, resenha crítico-literária, revisão de literatura e pesquisa experimental.

Caberão ao Núcleo Docente Estruturante e ao Colegiado de Curso planejar a execução dos trabalhos acadêmicos, indicando a modalidade, a forma de orientação docente, os critérios de acompanhamento e de avaliação.

São políticas na elaboração de Trabalhos Acadêmicos:

- I. Acompanhar o aluno, orientando-o na elaboração do Trabalho Acadêmico, garantindo a abordagem acadêmico-científica de temas relacionados à prática profissional;
- II. Propiciar informações aos discentes sobre o processo de elaboração do Trabalho, indicando bibliografia básica e procedimentos de pesquisa;
- III. Articular as temáticas dos trabalhos discentes com as linhas de estudo definidas pelo Núcleo Docente Estruturante/Colegiado/Coordenador;
- IV. Elaborar os Trabalhos Acadêmicos de acordo com o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos, disponível no site oficial da Instituição.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso obedecerão a critérios gerais definidos pela FASB e a critérios específicos definidos pelos colegiados e estabelecidos no Projeto Pedagógico de cada Curso.

2.7 POLÍTICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares dos cursos de graduação da FASB. Constituem atividades de natureza acadêmica, profissional e sociocultural, e visam estimular a prática de estudos independentes de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, possibilitando ao discente novos conhecimentos, adquiridos não somente no ambiente escolar, mas também em atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

A FASB considera de extrema importância:

- I. Cursar a disciplina optativa Libras (Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005);

- II. Participar de Programa de Monitoria;
- III. Participar de Projetos de Extensão;
- IV. Participar de Programa de Iniciação Científica;
- V. Participar de Estágio extracurricular;
- VI. Participar de Simpósios, Feiras, Congressos, Eventos, Visitas Técnicas etc.

Neste contexto, constituem objetivos gerais das Atividades Complementares, na formação dos alunos da FASB:

- I. Possibilitar autonomia do discente na gestão das atividades de seu interesse, coerentes com o perfil do egresso proposto;
- II. Flexibilizar e prolongar a sequência curricular, através de atividades pertinentes à formação do perfil do egresso;
- III. Possibilitar ao aluno a aquisição de experiências diversificadas inerentes e indispensáveis ao seu futuro profissional;
- IV. Aproximar a realidade acadêmica ao mundo de trabalho, estabelecendo ao longo do curso a integração entre as diversas peculiaridades;
- V. Incentivar as atividades específicas dos diferentes cursos de graduação, articulando-as com as políticas e prioridades institucionais;
- VI. Oportunizar eventos destinados ao debate de temas científicos e culturais;
- VII. Incentivar a participação dos alunos em projetos de iniciação científica;
- VIII. Incentivar docentes e discentes no desenvolvimento de projetos interdisciplinares coerentes, com a formação do discente.

2.8 POLÍTICAS DE ESTÁGIO

A FASB entende o estágio como oportunidade de integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento acadêmico e profissional. O estágio permite ao discente o contato com a realidade profissional, onde este poderá pesquisar diagnosticar e propor alternativas de solução para problemas observados, com a devida orientação, direcionando-o para uma análise crítica e contextualizada da dinâmica da prática profissional.

São consideradas políticas de Estágio:

- I. Propiciar a observação de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmico e empírico, através do estágio;
- II. Trabalhar a formação de competências próprias da atividade profissional e à contextualização do currículo;
- III. Instrumentalizar o processo dialético entre teoria/prática da formação profissional.
- IV. Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficia a visão integrada do social, formando o cidadão, o profissional e a pessoa.
- V. Desenvolver parcerias e convênios com instituições, identificando e atendendo as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais;
- VI. Acompanhar o desenvolvimento dos estágios, de acordo com regulamento estabelecido pela FASB.

Caberá aos colegiados de curso aprovar o Regulamento de Estágio específico do curso (quando este estiver definido nas DCNs), observado o regulamento geral de estágio da FASB, indicando no regulamento a forma de orientação, acompanhamento e avaliação da atividade.

2.9 POLÍTICAS GERAIS DE AVALIAÇÃO

A FASB percebe a avaliação não como um processo regulador, e sim fonte para assegurar a realização de atividades pedagógicas e institucionais necessárias à promoção da qualidade do ensino, da aprendizagem, da formação do discente e melhoria institucional. Neste contexto, através da análise diagnóstica, é elaborada estratégia de referência para dimensionamento das ações com intuito de perceber, levantar, analisar, adequar, orientar, reestruturar e replanejar as atividades adequadas às novas situações.

No que tange à sua operacionalização, a avaliação está prevista em vários órgãos institucionais, podendo ser assim dimensionada:

- I. Avaliação via CPA, do cumprimento de metas e ações contidas no PDI;
- II. Avaliação da execução dos PPCs através dos órgãos colegiados, do NDE, das comissões externas de avaliação, dos discentes e dos egressos;
- III. Avaliação das atividades Institucionais na ótica dos discentes e docentes;

- IV. Avaliação das atividades Institucionais, através dos projetos de extensão e intervenção social num olhar dos parceiros e das comunidades envolvidas;
- V. Avaliação do desempenho Institucional, através dos órgãos empregadores e entidades conveniadas;
- VI. Avaliação de desempenho através do ENADE;
- VII. Avaliação dos projetos de iniciação científica, através dos aceites para divulgação em Encontros, Conferências, Congressos e publicações de artigos e resumos.

2.10 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FASB, ENFATIZANDO A CONTRIBUIÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO

A Instituição, por sua capacidade de qualificação de recursos humanos e pelos princípios éticos que comunga e divulga, é uma parceira fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. As práticas socialmente responsáveis, geradas por iniciativa própria e em parceria com diversos atores sociais, são referências que podem estimular políticas públicas e beneficiar outros cidadãos.

No contexto das práticas institucionais socialmente responsáveis, a Instituição viabiliza e valoriza o fim a que todos buscam: a construção de um mundo melhor, próspero, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

A FASB acredita na formação de profissionais socialmente responsáveis e preocupa-se com a qualidade da formação destes indivíduos, qualificando-os para a inclusão no mercado de trabalho, formando profissionais críticos, moralmente competentes e capazes de tomar decisões éticas frente às questões sociais.

As atividades de Responsabilidade Social buscam maximizar e otimizar os esforços, a fim de alinhar as diretrizes institucionais e contribuir cada vez mais para ampliar os ganhos sociais, priorizando as seguintes áreas:

- I. Compromisso com ações que promovam o Desenvolvimento Econômico e Social;
- II. Defesa do Meio Ambiente, especialmente no âmbito institucional;
- III. Compromisso com as ações de Inclusão Social; e,

IV. Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural.

Considerando a **Missão**, a **Visão** e os **Valores Institucionais**, definem-se, no conjunto de políticas amplas, as seguintes prioridades:

- I. Elaborar estratégias que oportunizem a Instituição, como um todo, conhecer, planejar e executar ações constitutivas da política de responsabilidade social institucional;
- II. Estruturar atividades de responsabilidade social, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;
- III. Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável;
- IV. Aplicar a melhoria contínua dos programas, projetos, ações e atividades em desenvolvimento no ensino, na iniciação científica, na extensão e na gestão;
- V. Instituir mecanismos organizacionais que oportunizem o conhecimento e a possibilidade de inserção em atividades de todos os setores e unidades, bem como à comunidade externa;
- VI. Construir um sistema de monitoramento e avaliação da política de responsabilidade social descentralizado e integrado, objetivando reconhecer o alcance das ações e a possibilidade de novas respostas às necessidades sociais, econômicas e ambientais.

2.11 POLÍTICAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

2.11.1 Corpo Docente

A admissão do professor para integrar a carreira de docente da Faculdade do Sul da Bahia se fará mediante indicação do Coordenador de Curso e aprovação da Diretoria, após processo de seleção, que envolverá prova de títulos, entrevistas, prova didática mediante aula ministrada sobre um ou mais pontos da disciplina pleiteada, e quando necessário, prova escrita de conhecimento.

Os professores da Faculdade deverão ser recrutados entre pessoas cuja capacidade, títulos acadêmicos, identidade profissional, integridade de costumes e vocação lhes permitam desempenhar a contento as funções que lhes sejam atribuídas na carreira docente.

Serão considerados, em caráter preferencial, para contratação (admissão) e para promoção (mudança de categoria) na carreira docente, os títulos universitários, o teor científico dos trabalhos realizados, experiência profissional e de magistério em outras instituições de ensino superior.

Do candidato à admissão será exigida, no mínimo, a comprovação de que é portador de diploma de curso de especialização, onde tenha sido estudada a disciplina que irá ministrar ou disciplinas afins. A contratação de Professores é realizada pela Mantenedora e obedece ao regime da CLT.

2.11.2 Corpo Técnico-administrativo

Para a Fundação Francisco de Assis, mantenedora da FASB, a evolução profissional de seus empregados é fator de suma importância.

O empregado deve estar ciente de que trabalha em uma Instituição que sempre experimentou a evolução e que está estruturada de forma a propiciar amplas oportunidades de crescimento profissional na área de sua atuação.

A Fundação Francisco de Assis tem por objetivo manter sempre um quadro de pessoal altamente qualificado, participativo, fortemente envolvido e comprometido com as metas da área e da Instituição.

A informação é um direito e ao mesmo tempo uma obrigação de todos os empregados. Eles devem buscar, junto aos seus superiores imediatos, conhecer as metas e os objetivos da área, as responsabilidades de sua função, as expectativas da Instituição, o andamento de seu desempenho, as possibilidades de aprimoramento e outras informações necessárias para o seu engajamento pessoal e desenvolvimento profissional.

Para efeito de carreira e evolução profissional e de cargo a Fundação Francisco de Assis considera a competência potencial e comprovada dos seus empregados e as suas reais contribuições e identificação com os propósitos organizacionais, sem preconceitos ou discriminações.

Os empregados devem compartilhar com seus superiores imediatos a gestão de suas carreiras quanto ao planejamento e ao desenvolvimento.

As possibilidades de carreira, evolução profissional e de cargo na Instituição são amplas: nas áreas técnicas/especialistas e gerenciais/generalistas (rumos técnico/ profissionais e administrativo/ gerenciais), diferenciados níveis hierárquicos e de competência, acesso aos cargos-chave, relações funcionais de linha e de staff, áreas operacionais e funcionais.

A Fundação Francisco de Assis espera que seus empregados mantenham-se disponíveis para a mobilidade profissional, aceitando novos desafios de trabalho e situações de aprendizado.

Cabe aos empregados e aos seus respectivos superiores elaborar e atualizar todos os instrumentos de estimativa de potencial e planejamento de pessoal utilizados pela Instituição para propiciar a formalização e a programação de seu desenvolvimento e mobilidade.

Todo profissional deve participar efetivamente do planejamento de sua carreira. Ascensão profissional que não significa apenas “evoluir no nível hierárquico”. Outras funções, ainda que situadas no mesmo nível, podem representar um novo desafio, enriquecem a experiência do empregado, favorecendo ao mesmo uma visão mais ampla da Instituição. O diálogo é uma forma de obter orientação e apoio.

Requisitos mínimos: escolaridade, experiência e adequação do perfil às atividades da área de atuação e a avaliação caberá ao Comitê de Definição do Perfil e Avaliação, coordenador da área de atuação do empregado com assessoria do responsável pela área de Recursos Humanos. A aprovação final é de responsabilidade do Diretor Geral da Faculdade do Sul da Bahia, presidente do Conselho Superior da Fundação Francisco de Assis.

Recrutamento e Seleção:

Os requisitos exigidos para ingresso como contratação de técnicos - administrativos para a FASB está vinculada às necessidades explicitadas em cada PPC, bem como às relacionadas ao apoio e gestão das atividades acadêmicas e administrativas. O contrato de trabalho estará vinculado à CLT, devendo as vagas ser preenchidas mediante avaliação da formação e do perfil do candidato, coerentes com as atividades a serem desenvolvidas.

Os critérios de seleção para novas contratações são estabelecidos pelo serviço de Recursos Humanos da Faculdade. É realizado processo seletivo, observando a descrição do cargo disponível e o perfil profissiográfico do candidato, a partir das habilidades necessárias ao cargo à disposição. Após recrutamento do candidato, a seleção se dá por meio de análise de currículo, entrevista com o responsável pelo setor de Recursos Humanos e chefia imediata. Após estas etapas, os candidatos são encaminhados a um psicólogo e ao médico de trabalho.

O regime jurídico de trabalho do pessoal técnico-administrativo e docente da FASB é o da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aplicando-se, ainda a eles, no que couber, as normas deste Regulamento e das Convenções Coletivas de Trabalho, Estatuto e Regimento em vigor, visando:

- I. Garantir o suprimento de mão-de-obra de acordo com o perfil profissiográfico diagnosticado, considerando prazo, qualidade e custo.
- II. Avaliar o sistema de contratação buscando ampliar a qualidade da seleção.
- III. Orientar as gerências (superiores imediatos) para a seleção de pessoal e incentivar participação efetiva no processo seletivo e decisório.
- IV. Estimular a formação de comitês, envolvendo os próprios empregados das áreas e áreas clientes, na contratação de pessoal.
- V. Avaliar a disponibilidade de mercado e as necessidades internas, buscando estabelecer pré-requisitos para cada cargo, em conjunto com as chefias.
- VI. Desenvolver instrumentos de seleção como: entrevista coletiva, dinâmicas, testes situacionais etc., capazes de proporcionar maior confiabilidade ao processo de seleção, no cumprimento do Plano de Carreira Docente e Técnico-Administrativo.
- VII. Desenvolver um cadastro interno (banco de potenciais), com dados atualizados, de forma a embasar a movimentação de pessoal.
- VIII. Criar um programa de acompanhamento (período de experiência), dando continuidade ao processo após a seleção, auxiliando o novo empregado nas dificuldades e apoiando a sua adaptação.

A Extensão Universitária está estabelecida na FASB, em atendimento aos princípios de cidadania, responsabilidade institucional e social, orientada para atingir relevância acadêmica, científica e social em seu entorno e

fortalecer a formação do aluno, sempre baseada no perfil proposto pelo curso e descrita em Projetos.

As atividades de Extensão na FASB refletem o compromisso da faculdade com a transformação da comunidade em direção à justiça, à solidariedade e à responsabilidade social, pois é a atividade acadêmica que imprime um novo rumo ao ensino superior e que contribui significativamente para a mudança da sociedade.

Os programas e projetos de extensão, tanto os referentes à formação inicial, quanto os de formação continuada, contemplam uma parte considerável da sociedade como um todo aproximando a comunidade acadêmica às pessoas da cidade e da região. Nesse sentido, a política de extensão universitária é definida para:

- I. Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- II. Promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais,
- III. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política na região;
- IV. Reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos cursos de ensino superior;
- V. Apoiar as atividades voltadas para a preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- VI. Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista.

2.12. FORMAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FASB

As formas de acesso dos alunos de graduação da FASB se dão pelo processo seletivo semestral (vestibular), pelo ingresso de portadores de diplomas, por transferência interna, externa e pelo resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

2.12.1 Processo Seletivo

Os processos seletivos de admissão de alunos serão abertos a todos aqueles que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e destinam-se à avaliação da formação básica legal e à classificação dos candidatos, dentro do limite das vagas oferecidas, levando-se em conta os efeitos dos critérios de seleção sobre a orientação do Ensino Médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

2.2.2 Ingresso por Transferência, Portadores De Diploma, Reopção de Curso ou Utilização do ENEM

Na hipótese de restarem vagas, não preenchidas, poderão ser recebidos alunos transferidos de outra instituição, portadores de diplomas de graduação ou excedentes do mesmo processo seletivo ou de processos seletivos anteriores, além de resultados favoráveis apresentados, por parte do candidato, no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM.

2.13 PROCESSOS AVALIATIVOS E PRÁTICA PROFISSIONAL

2.13.1 Processo de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

A avaliação do ensino e da aprendizagem não começa nem termina na sala de aula: trata-se de um processo global, visando, periodicamente, à análise e à reflexão sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e, ainda, revê-los de acordo com os resultados apresentados, através do replanejamento do desenvolvimento do processo de ensino nas unidades de ensino.

No entanto, por mais qualitativo que se queira o processo avaliativo, seu resultado final é expresso de forma quantitativa. Neste sentido, o Regimento Geral da FASB regulamenta, além do processo de verificação do rendimento acadêmico do processo de ensino e de aprendizagem, a questão da frequência às atividades formativas e, ainda, os sistemas de recuperação.

O sistema de avaliação do curso incluirá procedimentos diversificados de resultados e de processos e incidirá sobre todos os aspectos relevantes do

ensino. Pretende impulsionar a passagem da concepção de avaliação como forma de mensuração (realizada por meio de testes voltados para medir habilidades e aptidões dos alunos), para a concepção da sua dimensão diagnóstica, formativa e somativa, o que consistirá numa tarefa desafiadora para o curso.

A avaliação diagnóstica será de grande utilidade pedagógica por permitir que o professor a utilize como meio de avaliar o progresso dos alunos, visando retomar os pontos que não foram assimilados e/ou compreendidos pelos alunos.

Como a aprendizagem é um processo, a avaliação formativa será realizada pelos professores com o propósito de intervir na melhoria do ensino/aprendizagem enquanto ele transcorre.

Conforme a natureza de cada objetivo são fornecidos, a seguir, alguns exemplos de instrumentos a serem selecionados, consoante a modalidade de avaliação pretendida:

- I. Trabalhos individuais e grupais, interdisciplinares ou multidisciplinares;
- II. Provas individuais ou em grupo, contextualizadas, dissertativas ou objetivas;
- III. Relatórios de projetos e trabalhos de pesquisa;
- IV. Relatório de estágio;
- V. Estudos de casos.

A avaliação somativa determina níveis de rendimento dos alunos no final do semestre letivo, concluindo pelo alcance ou não dos mínimos estabelecidos. É o julgamento de um processo que terminou e sobre o qual se emite um valor final, aprovado ou reprovado.

No processo de ensino-aprendizagem a avaliação será contínua, integrada e desenvolvida durante todo o desenvolvimento da atividade educativa. Assim, duas avaliações deverão ser realizadas durante cada bimestre, com o objetivo de comprovar se as aprendizagens desenvolvidas levaram ao alcance dos objetivos propostos, essa continuidade permitirá acompanhar sistematicamente aprendizagem.

Os professores avaliarão os alunos como uma atividade investigadora do ensino e da aprendizagem. Além das avaliações bimestrais a Instituição realizará exames finais, de caráter somativo, para julgamento de progressão para o semestre seguinte ou não.

É considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver frequência igual ou maior a 75% da carga horária da disciplina e média 7,0 (sete), o que o dispensará de realizar os exames finais. Quando a média semestral do aluno for maior que 3,0 (três) e inferior a 7,0 (sete), ele deverá realizar os exames finais cuja média de aprovação é 5,0 (cinco), resultante de média aritmética.

2.13.2 Quanto à Avaliação do Estágio

O estágio supervisionado, na FASB, é considerado um dentre outros procedimentos didático-pedagógicos, que tem por finalidade colocar o aluno, por determinado período, em contato com a realidade profissional, criando-lhe condições de integração com o mundo do trabalho, dando-lhe oportunidade de troca de experiências, de participação em trabalhos de equipe, de convívio sócio profissional, de desenvolvimento de habilidades e atitudes, de constituição de novos conhecimentos e de aquisição de valores inerentes à cultura do trabalho.

A avaliação do Estágio Supervisionado visa verificar se os objetivos propostos na elaboração do Plano de Estágio foram atingidos pelo acadêmico estagiário.

Ao final do estágio ou de cada etapa do estágio, o aluno deverá entregar ao orientador e/ou supervisor do estágio uma cópia de relatório, ou um estudo de caso circunstanciado a ser produzido conforme as normas definidas no regulamento de estágio do curso.

O objetivo dos relatórios é oferecer ao estudante, à FASB e à empresa, uma avaliação da atividade de estágio, comparando os resultados alcançados com os esperados. Não será permitido atraso na entrega dos relatórios finais.

Serão critérios de avaliação dos estágios:

- I. Domínio de conteúdos conceituais;

- II. Elaboração de relatórios ou estudo de casos;
- III. Conduta e postura no decorrer do estágio (ética, entrosamento no local de trabalho, frequência e pontualidade);
- IV. Cumprimento das normas de estágio;
- V. Conduta técnica (iniciativa, atenção, capacidade de síntese, argumentação, habilidade, criatividade, comprometimento, desempenho);
- VI. Responsabilidade frente ao trabalho e aos compromissos assumidos para a concretização do planejamento proposto;
- VII. Avaliação do supervisor ou preceptor.

O estágio supervisionado está previsto no Projeto Pedagógico de vários cursos, conforme diretrizes curriculares nacionais, mas também ocorre de forma extracurricular, possibilitando a inserção mais rápida do aluno nas questões relativas à sua área profissional. O estágio está normatizado e aprovado por Resolução do Conselho Superior da Faculdade do Sul da Bahia.

2.13.3 Quanto ao TCC

O Trabalho de conclusão de Curso (TCC) na FASB, quando atividade obrigatória, é considerado um componente curricular a ser realizado pelo estudante, sendo um pré-requisito para a conclusão do curso de graduação.

Todas as orientações relativas à realização e avaliação do TCC estão devidamente normatizadas por Resolução do Conselho Superior da Faculdade do Sul da Bahia e conforme o PPC de cada curso de graduação, se a DCN do curso assim o definir como obrigatório para a obtenção do título.

No caso dos cursos de pós-graduação, o TCC poderá ser realizado conforme está descrito no PPC de cada curso (artigo, relatório, trabalho monográfico, etc.).

O TCC consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos na área do curso, como resultado de trabalho de pesquisa, investigação científica e extensão. Tem por finalidade estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência, possibilitando que o estudante demonstre competências e habilidades desenvolvidas ao longo da sua formação.

Como componente curricular, integra a teoria com a prática, fortalece a interdisciplinaridade, articula o ensino com a pesquisa e possibilita ao estudante aprofundar o estudo sobre um tema, podendo ser elaborado sob a forma de monografia, artigo científico, livro, capítulo de livro, projeto e relatório técnico científico, se o PPC do curso assim o definir.

O TCC deverá atender às disposições do CNE/CES estabelecidas nas Diretrizes Curriculares de cada curso de graduação e às normas da ABNT para os procedimentos decorrentes dos estudos, da metodologia e da pesquisa científica, conforme as peculiaridades de cada modalidade de trabalho.

O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo e versará, preferencialmente, sobre tema inerente às linhas de pesquisa definidas no Projeto Pedagógico, de livre escolha do estudante, sob a orientação de um professor orientador. Para fins de aprovação neste componente curricular, o estudante deverá apresentar versão escrita e digital do TCC e sua avaliação deverá ser realizada sob a forma de banca avaliadora ou de emissão de pareceres, de acordo com o regulamento de cada curso.

2.13.4 Quanto às Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, inclusive adquiridas fora do ambiente universitário, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As AC integram, obrigatoriamente, os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da Faculdade do Sul da Bahia, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na FASB, as Atividades Complementares estão regulamentadas por Resolução do Conselho Superior, constituindo-se espaço curricular inovador para que os estudantes desenvolvam atividades relacionadas com a consolidação de conhecimentos relevantes para sua formação e desempenho profissional, enriquecendo e implementando o perfil do acadêmico.

As AC's devem ser desenvolvidas ao longo do curso e compreendem atividades acadêmicas, de livre escolha do estudante, que permitam alcançar os seguintes objetivos:

- I. Estimular a atualização e a formação acadêmica;
- II. Permitir o permanente aprimoramento e a complementação da formação profissional na área de conhecimento do curso;
- III. Ampliar os espaços de formação profissional e sociocultural, tornando-os mais abrangentes; e
- IV. Estimular as práticas de estudo independentes e as práticas interdisciplinares, transversais, especialmente as relações com o mercado de trabalho e nas atividades de extensão junto à comunidade.

As AC's podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, eventos acadêmico-científicos na área do curso, publicações, estágios extracurriculares, participação em intercâmbios, além de disciplinas não integrantes do currículo do curso, oferecidas pela FASB ou por outras instituições de ensino superior ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional.

A inserção das AC's nos projetos pedagógicos constitui-se em uma das iniciativas que contribuem para a flexibilização curricular, traduzindo uma concepção diferenciada do currículo, em vista de uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante.

2.13.5 Quanto aos Projetos de Extensão

Na avaliação técnica dos programas, cursos e projetos de extensão, são considerados os seguintes aspectos:

- I. Atendimento aos princípios de cidadania, responsabilidade institucional e social;
- II. A prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico;
- III. Clareza e pertinência dos objetivos.

2.13.6 Quanto aos Projetos de Iniciação Científica

Na avaliação técnica dos projetos de Iniciação Científica, são considerados os seguintes aspectos:

- I. Relevância;
- II. Fundamentação teórica;
- III. Coerência metodológica;
- IV. Clareza e pertinência dos objetivos;
- V. Cronograma;
- VI. Descrição de atividades detalhada por pesquisador/aluno.

O Currículo do orientador será analisado quanto à:

- I. Produtividade nos últimos 3 anos (periódicos indexados, capítulos de livros, livros com conselho editorial, patentes e depósitos de patentes, trabalhos completos em anais);
- II. Capacidade demonstrada de formar recursos humanos;
- III. Histórico em orientação científica na Instituição (cumprimento dos prazos e obtenção de recursos).

2.14 INTERNACIONALIZAÇÃO, MOBILIDADE ACADÊMICA E INOVAÇÃO

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (Paris, outubro 1998) diz que: “os sistemas de educação superior devem fortalecer sua capacidade de conviver com a incerteza, de mudar e provocar mudança¹,” acompanhada pela constante expansão e renovação do conhecimento, a ser cada vez mais tratado a partir das formas interdisciplinares e de sua natureza complexa.

Esta intrincada mostra de cenário que atualmente impulsiona o futuro das IES está assentada no fenômeno da globalização, que vem revolucionando todas as políticas governamentais e as faz assumir um viés de internacionalização, tendo em vista as influências econômicas e financeiras, principalmente, como as socioculturais e educacionais. Os gestores há muito não podem mais ignorar esta conjuntura, como também as instituições de ensino superior, pela sua natureza, já se encontram no caminho de busca de aperfeiçoamento de sua gestão para interporem-se no cenário da educação e do conhecimento globalizado.

¹ BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008. p.11-12.

Assim, torna-se imprescindível que a Instituição mantenha uma visão ampliada e prospectada nos cenários que se apresentam, de forma a proporcionar em seus diversos cursos, uma formação profissional sustentada em diretrizes pedagógicas que favorecem ao futuro egresso as competências necessárias à sua atuação no mercado de trabalho, acompanhadas da capacidade de construir seu perfil ao longo dos anos, por meio da educação continuada.

Segundo Jane Knight² (2014), a internacionalização é um processo de mudança feito, sob medida, para atender às necessidades e interesses de cada instituição de ensino superior. Não há uma fórmula pronta de internacionalização. Adotar um conjunto de objetivos e estratégias que estão “na moda” e para fins de “divulgação” nega o princípio de que cada programa, instituição ou país precisa descobrir a sua abordagem individual com suas próprias bases, metas e resultados que espera obter.

Van der Wende³ (1997) argumenta que a internacionalização de IES não é um fim em si, mas um meio para se desenvolver a educação superior, enfatizando a visão de que a internacionalização é uma resposta à globalização, abordando a necessidade de inovações e de novos esforços em busca de uma instituição internacionalizada.

Podemos perceber que existem diversos discursos e pesquisas em torno da internacionalização, porém segundo conceitos nos Instrumentos Avaliativos do INEP, são programas e ações que inserem a IES no contexto internacional por meio de cooperação com outras instituições, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e estudantes, alunos estrangeiros matriculados na IES, oferta de disciplinas em língua estrangeira, estímulo a publicações e participação em eventos internacionais, participação em processos avaliativos internacionais, entre outros.

² KNIGHT, J. **Universidades apostam na internacionalização**. *Jornal Extra Classe – Jornalismo além da superfície*, Nº 185, Ano 19, 2014.

³ VAN DER WENDE, M. Missing links: the relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general e international comparative analysis and synthesis. In: KALVEMARK, T; VAN DER WENDE, M. (Eds). **National Policies for the Internationalization of Higher Education in Europe**. Stockholm: National Agency for Higher Education, 1997.

Outra forma de intercâmbio sem sair do país é chamada de mobilidade acadêmica, possibilitando ao aluno a oportunidade de conhecer outra cultura e enriquecer o seu currículo.

A mobilidade acadêmica é bem semelhante ao intercâmbio. As IES passaram a ofertar (através de editais) inscrições para alunos que gostariam de estudar pelo menos um semestre em outro estado e/ou outra Instituição.

Não existe uma regra específica, pois cada IES possui seus próprios processos, apesar de serem semelhantes. Na maioria das vezes o aluno aproveita o conteúdo cursado na outra Instituição para com as disciplinas ainda a cursar na sua estrutura curricular.

Este intercâmbio interno, mobilidade acadêmica, proporciona ao aluno, além do enriquecimento do currículo, uma série de conhecimentos e experiências que não teria estudado na mesma Instituição.

Não distante da perspectiva da internacionalização da IES e mobilidade acadêmica, podemos olhar também para o lado da inovação acadêmica, buscando melhorias no processo contínuo no ensino superior.

Podemos dizer que a educação superior passa por mudanças e é preciso ser repensada. Este repensar deve ser no tocante ao espaço físico, ao ensino atual, o professor deve ser um facilitador, o aluno deverá ter mais autonomia, a inserção das tecnologias e a gestão devem ser voltadas à inovação, garantindo ao aluno este protagonismo em sua aprendizagem.

As IES devem, contudo, diante destas perspectivas, propor projetos, atitudes e tecnologias que farão diferenças significativas no ensino e no aprendizado. Estas transformações não podem ser desordenadas e sem visão de futuro, portanto deve ser planejada e, em cada uma das etapas, avaliá-las para verificar se há benefícios.

É necessário inovar sempre e este foco deve ser o aluno e também o corpo docente. Quando falamos em também ter o foco no corpo docente para utilizar ferramentas tecnológicas e metodologias inovadoras, devemos primeiramente prepará-los para este novo processo.

O processo de inovação acadêmica deve ser na perspectiva das competências, habilidades e atitudes que farão a diferença do nosso egresso diante do mercado de trabalho que, a cada dia, fica mais exigente. Esta exigência se dá nas competências: responsabilidade; pró-atividade; liderança; e capacidade na tomada de decisão.

Neste sentido, não podemos continuar com o mesmo padrão de anos, onde tínhamos a figura do professor, o quadro e o aluno. A internet está em nosso cotidiano e exige mudanças, pois as informações estão nas mãos dos estudantes online e as IES precisam acompanhar esse novo momento.

Precisamos formar professores com conhecimento diversificado e que aplicam essa nova cultura no cotidiano em sala de aula, preparando os alunos para o mercado de trabalho. Com esta mudança podemos transformar o nosso meio acadêmico em um ambiente atrativo aos alunos de forma que estimule a criatividade acadêmica.

Para consolidar e implantar a área de inovação acadêmica, a IES deverá ter: liderança e pessoas compromissadas; políticas institucionais de incentivo e reconhecimento do processo de inovação acadêmica; capacidade de fazer gestão das mudanças culturais; agenda de aprendizado institucional; investimento em processos de inovação; infraestrutura e comunicação.

Dentre os objetivos da internacionalização e mobilidade acadêmica, podemos destacar:

- proporcionar experiências de educação para a comunidade em outras línguas;
- preparar servidores e acadêmicos para participação em intercâmbios internacionais;
- oferecer disciplinas em língua estrangeira, permitindo a inserção da FASB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de alunos e professores.
- alcançar excelência nos indicadores de desempenho institucional, estabelecidos pelo SINAES, no que diz respeito à Internacionalização e Mobilidade.

2.15 METODOLOGIAS ATIVAS

O modelo educacional da Instituição está pautado na construção do conhecimento, de forma processual e formativa. Este modelo deverá visualizar o aluno como ser social, cultural, afetivo, cognitivo, ou seja, um ser de complexidades revestidas e entrelaçadas sobre si, que somente um olhar mais apurado e desprendido da hierarquia e do tradicionalismo poderá perceber o seu desenvolvimento.

Apresentar situações de aprendizagem que se aproximem da vivência do educando, se traduzem em aprendizagem significativa, com real sentido aos novos conhecimentos. As metodologias ativas são ponto de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização.

Nesse processo serão utilizadas diversas técnicas de ensino, entre elas podemos destacar: aulas expositivas e/ou dialogadas; discussão de cases; exercícios dirigidos em sala de aula; atividades de pesquisas individuais e grupais; leituras e interpretação de textos; seminários; pesquisas bibliográficas, pesquisas na Internet, pesquisas de campo; visitas técnicas; atividades baseadas em situações-problemas; projetos; ensino híbrido; sala de aula invertida e iniciação científica.

Quanto mais se aprende próximos da vida, melhor. As metodologias ativas são pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas. Teóricos como Dewey (1950), Freire (2009), Rogers (1973), Novack (1999), entre outros, enfatizam, há muito tempo, a importância de superar a educação bancária, tradicional e focar a aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele.

Alguns componentes são fundamentais para o sucesso da aprendizagem: a criação de desafios, atividades, jogos que realmente trazem as competências necessárias para cada etapa, que solicitam informações pertinentes, que oferecem recompensas estimulantes, que combinam percursos pessoais com participação significativa em grupos, que se inserem

em plataformas adaptativas, que reconhecem cada aluno e ao mesmo tempo aprendem com a interação, tudo isso utilizando as tecnologias adequadas.

Na metodologia ativa, o aluno é personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizado, incentivando-o a desenvolver a capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma e participativa.

Segundo William Glasser, psiquiatra americano, existe processos de assimilação para adquirir conhecimento. Para explicar como as pessoas geralmente aprendem e qual a eficiência dos métodos nesse processo, de acordo com essa teoria, os alunos aprendem cerca de:

- 10% lendo;
- 20% escrevendo;
- 50% observando e escutando;
- 70% discutindo com outras pessoas;
- 80% praticando;
- 95% ensinando.

Fácil de observar, então, que os métodos mais eficientes estão inseridos na metodologia ativa.

Dentre as metodologias ativas, podemos destacar algumas práticas:

- Aprendizagem baseada em projeto;
- Aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning – PBL);
- Estudo de caso;
- Aprendizagem entre pares ou times (Team Based Learning – TBL);
- Sala de aula invertida.

As IES e o ensino superior no Brasil passam por mudanças e as metodologias ativas de aprendizagem podem ser uma alternativa importante neste processo de transformação na educação.

3 CORPO DOCENTE

O corpo docente é constituído por profissionais de reconhecida competência, que integram as categorias do quadro docente da FASB. Os mesmos foram selecionados segundo os critérios como titulação, formação compatível, demonstração de capacidade didática pedagógica para a disciplina a ser ministrada, experiência docente, integração com a comunidade local e de atuação profissional na área, bem como convalidado através de relatórios pelo NDE dos cursos.

As funções docentes abrangem atividades de ensino, iniciação científica, extensão e participação na administração acadêmica para os professores horistas, TP (parcial) e TI (integral). O professor está presente no local das atividades de docência, produção ou extensão na totalidade da carga horária que estiver contratado.

A admissão do professor para integrar a carreira de docente da Faculdade do Sul da Bahia se fará mediante indicação do Coordenador de Curso e aprovação da Diretoria, após processo de seleção, que envolverá prova de títulos, entrevistas, prova didática mediante aula ministrada sobre um ou mais pontos da disciplina pleiteada, e quando necessário, prova escrita de conhecimento.

Os professores da Faculdade deverão ser recrutados entre pessoas cuja capacidade, títulos acadêmicos, identidade profissional, integridade de costumes e vocação lhes permitam desempenhar a contento as funções que lhes sejam atribuídas na carreira docente.

Serão considerados, em caráter preferencial, para contratação (admissão) e para promoção (mudança de categoria) na carreira docente, os títulos universitários, o teor científico dos trabalhos realizados, experiência profissional e de magistério em outras instituições de ensino superior.

Do candidato à admissão será exigida, no mínimo, a comprovação de que é portador de diploma de curso de especialização, onde tenha sido estudada a disciplina que irá ministrar ou disciplinas afins.

A contratação de Professores é realizada pela Mantenedora.

3.1. EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA

A experiência no magistério superior é um elemento almejado na seleção de professores porque é muito adequado que um professor, além de uma formação criteriosa e profunda em sua área de conhecimento, tenha experiência em metodologias de ensino e gerenciamento de conflitos em sala de aula.

A experiência exigida dos professores para ingresso no quadro docente da Faculdade do Sul da Bahia é de, no mínimo, um ano de exercício do magistério superior e dois anos de atividade profissional não acadêmica na sua área de graduação.

3.2 TITULAÇÃO DOCENTE

O corpo docente da Faculdade do Sul da Bahia é formado por profissionais de notória capacidade profissional vinculado às áreas de ensino, pesquisa e extensão e portadores de formação acadêmica compatível com a área de atuação.

É dada prioridade à contratação de docentes com titulação de mestres e doutores, complementados com profissionais pós-graduados nas áreas de conhecimento com títulos de especialistas.

O *curriculum vitae* de cada professor está documentado e arquivado em pastas individuais na Instituição podendo ser apreciado pela comissão de verificação *in loco* em momento oportuno.

3.3 RESUMO DO REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

Os regimes de trabalho dos docentes da Faculdade do Sul da Bahia são os seguintes:

- Regime de Tempo Integral – TI;
- Regime de Tempo Parcial – TP;

- Regime Horista – H.

O Regime de **Tempo Integral – TI** será atribuído ao docente contratado para prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à Faculdade do Sul da Bahia, no desempenho de atividades de ensino, pesquisa, planejamento, extensão, coordenação de curso e/ou administração acadêmica.

O Regime de **Tempo Parcial - TP** será atribuído ao docente contratado para prestar no mínimo 12 (doze) horas semanais de trabalho à Faculdade do Sul da Bahia, sendo que destas, 25% no desempenho de atividades de ensino, pesquisa e , planejamento, extensão e/ou administração acadêmica.

O Regime **Horista – H** será atribuído aos docentes contratados para o desempenho, de atividades de ensino – incluídas as atividades relacionadas trabalhos de conclusão de curso e projetos pedagógicos, e o número de horas semanais terá variação de acordo com o planejamento semestral ou anual dos cursos, variando de 4 (quatro) até o limite de 20 (vinte) horas semanais.

3.4 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Este programa foi elaborado considerando o cenário vivenciado pela Educação Superior no Brasil, particularmente pelo setor privado. São também ações amparadas na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (nº 9.394/96) e visa atender a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da FASB no que diz respeito à qualificação docente.

Por intermédio de encontros de docentes, fomenta-se a troca de experiência entre profissionais com diferentes áreas de formação e que exerçam a docência na instituição, promovendo ações interdisciplinares.

O Plano de Capacitação Docente é o instrumento empregado para definir e apresentar as políticas, as diretrizes e as metas institucionais de capacitação do quadro docente, bem como as áreas prioritárias para investimento nesse sentido.

O Plano inclui, também, o planejamento de novos afastamentos para capacitação e o acompanhamento acadêmico dos professores que se encontram em frequência a cursos de pós-graduação.

A Faculdade do Sul da Bahia entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação.

A Faculdade pretende investir no aprimoramento técnico pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pela própria Faculdade e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente da Instituição estão assim definidas:

- I. Consolidar um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções institucionais no ensino, pesquisa, extensão e cultura, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade fixados pelo MEC;
- II. Aperfeiçoar e implementar o Plano de Carreira Docente que contém as regras de ingresso, progressão, direitos e deveres dos docentes;
- III. Selecionar profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, seleção ou outro expediente;
- IV. Estabelecer uma política interna de qualificação de recursos humanos auxiliando seus docentes a identificar programas de Mestrado e ou Doutorado para se qualificarem com os apoios e auxílios previstos no Plano de Carreira Docente;
- V. Implementar a oferta de programas de qualificação próprios;
- VI. Ofertar seletivamente cursos de especialização com vistas a que todos os seus professores tenham, no mínimo, uma especialização em sua área de atuação;
- VII. Racionalizar os quantitativos de professores concentrando e disponibilizando maior volume de horas-aula para cada professor, dentro dos limites possíveis e viáveis, valorizando e aumentando os ganhos remuneratórios e os níveis de satisfação;
- VIII. Aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área.

3.4.1 Objetivo Geral da qualificação Docente

Promover ações que contribuam para a compreensão, o desenvolvimento, a qualificação, o aprimoramento acadêmico e a atualização

do funcionamento e da organização das atividades pedagógicas inerentes à natureza do trabalho docente desenvolvido.

3.4.2 Objetivos Específicos da Qualificação Docente

a) Possibilitar, permanentemente, o atendimento individualizado dos docentes, a fim de atender as diversas dificuldades enfrentadas perante as relações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem;

b) Intervir, quando necessário, com atividades em grupo, para levantamento das questões “problema” que por ventura venham a prejudicar o desenvolvimento dos alunos;

c) Propor atividades que atendam às necessidades específicas dos colegiados dos cursos;

d) Ofertar aos docentes, palestras, encontros/seminários e oficinas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) Possibilitar trocas de experiência entre os docentes nas suas diversas áreas de formação;

f) Promover a cada início de ano um encontro entre os docentes e coordenadores de curso, ofertando atividades de caráter pedagógico e organizacional das ações a serem desenvolvidas pelos docentes;

g) Organizar no início de semestres, encontros pedagógicos com professores recém-contratados, com atividades de aprofundamento e de caráter organizacional;

h) Incentivar nas atividades pedagógicas o aprofundamento teórico e metodológico dos processos de ensino-aprendizagem;

i) Promover cursos de aprofundamento em sistema modular para promover o contato com as novas tecnologias;

j) Criar ações de estímulo aos docentes para participação e publicação em eventos científicos.

3.4.3 Política de Capacitação

O Conselho Superior institucionalizou através da Resolução 05/2006, o Plano Institucional de Capacitação de Recursos Humanos, que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções do ensino, extensão e gerência da Instituição. Para tal, oportuniza a seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo, condições de aprofundamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A Instituição oferecerá os seguintes incentivos:

- I. Bolsas de estudo integrais/parciais para os cursos de pós-graduação oferecidos pela FASB;
- II. Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários que participarem de congressos, simpósios e eventos similares;
- III. Oferta de cursos de Treinamento e atualização profissional;
- IV. Apoio à publicação de teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos;
- V. Oferta de infraestrutura para que os professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- VI. Licença para participação em programas de pós-graduação.

3.4.5 Os critérios de seleção e contratação

A FASB possui política de seleção docente regulamentada pelo Conselho Superior e já em prática com editais publicados no site e em jornais de grande circulação. Os candidatos à carreira de docente na FASB são submetidos à entrevista, prova didática e a exame de currículo Lattes. O Processo de Seleção de docentes está em vigor desde 2004, tendo sido aperfeiçoado em 2006, com nova Resolução do Conselho Superior nº 04/2006. Este Programa de Seleção visa buscar para os quadros da instituição docentes capazes de corresponder às diretrizes do Projeto Político Institucional da FASB e agregar valores às equipes responsáveis pelos Projetos Pedagógicos dos cursos, integrando-se na construção e divulgação do conhecimento dentro dos valores éticos preconizados na instituição.

3.4.6 Procedimentos para Substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

Substituição é o ato mediante o qual o Diretor Geral da Faculdade do Sul da Bahia designa professor para exercer, temporariamente, as funções de outro em suas faltas ou impedimentos. Poderá ser substituído, em caráter de emergência, o professor que se afastar de suas funções, em virtude de doença ou por qualquer outro motivo de ordem legal, quando esse afastamento prejudicar as atividades de ensino.

A substituição será obrigatória quando o afastamento for igual ou superior a 15 (quinze) dias, cabendo ao Coordenador de Curso indicar o substituto ao Diretor Geral da Instituição, para solicitação de contratação.

O substituto será preferencialmente professor integrante do quadro docente da Faculdade. Não havendo professor disponível na Faculdade, a substituição será feita através de contrato temporário, pelo prazo da substituição.

O Plano de Carreira Docente regula as condições de admissão, demissão, direitos e vantagens bem como os deveres e responsabilidades dos membros do magistério superior da Faculdade do Sul da Bahia.

Os procedimentos para substituição na FASB, somente acontece quando um professor do quadro efetivo se desliga ou se afasta completamente da instituição:

- Aposenta-se e pede seu desligamento;
- Pede demissão;
- For demitido;
- Por doença;
- Licença maternidade;
- Óbito;
- Afastamento por qualificação e aperfeiçoamento (mestrado e doutorado).

4 CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

4.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A autorização para a abertura de vagas é de competência da Direção Administrativa e do Setor de Recursos Humanos, de acordo com a real necessidade e a viabilidade orçamentária para a contratação.

A solicitação para a abertura de vagas deverá ser instruída com as seguintes informações: atividades a serem desenvolvidas e perfil do profissional (habilidades e competências).

A contratação de técnicos administrativos para a FASB está vinculada às necessidades de acordo com o crescimento orgânico da Instituição, bem como às relacionadas ao apoio e gestão das atividades acadêmicas e administrativas. O contrato de trabalho estará vinculado à CLT, devendo as vagas serem preenchidas mediante avaliação da formação e do perfil do candidato, coerentes com as atividades a serem desenvolvidas.

4.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E PLANO DE CARREIRA

As políticas de pessoal e de carreira, para o corpo técnico-administrativo da FASB, estão efetivamente implementadas.

O corpo técnico administrativo está hoje constituído de: bibliotecário; auxiliares de biblioteca; secretaria geral; auxiliares de secretaria; auxiliares de coordenação de curso; administrador, técnicos de informática; auxiliares do setor de apoio às salas de aula; recursos humanos; coordenador financeiro; auxiliares do financeiro; supervisora DAA; auxiliares administrativos de atendimento acadêmico entre outros.

A expansão se dará à medida que novas turmas sejam incorporadas ou pela expansão orgânica da Instituição. Todos os funcionários técnicos administrativos passarão por atividades de qualificação na função. Os funcionários administrativos aprovados em processo seletivo da instituição terão apoio/incentivo para sua capacitação. A remuneração atenderá aos acordos sindicais e será considerada pela instituição, além da qualificação acadêmica, a dedicação do técnico administrativo à função.

O corpo técnico administrativo que atua na FASB apresenta formação e experiência profissionais adequadas ao desenvolvimento das atividades. Esta será constituída pelos colaboradores que exercem atividades técnicas e/ou administrativas de qualquer natureza. São consideradas atividades do pessoal técnico administrativo aquelas relacionadas à permanente manutenção e adequação do apoio administrativo, técnico e operacional, inerentes ao exercício de direção, gerência e coordenação pedagógica.

5 CORPO DISCENTE

5.1 Formas de acesso

Conforme já explicitado anteriormente, as formas de acesso aos cursos da Faculdade do Sul da Bahia ocorrem:

- Aprovado em Processo Seletivo da FASB – Candidato aprovado em processo seletivo (vestibular) da FASB realizado para ingresso no mesmo ano letivo conforme Edital;
- Portador de Diploma de Curso Superior;
- Transferência (interna e externa);
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

5.2. Estímulos à Permanência do aluno no curso

A FASB estimula a permanência dos alunos, através de diversas ações, tais como:

- Programas de Nivelamento para alunos com rendimento insatisfatório;
- Programa de Monitoria;
- Apoio psicopedagógico, através da Equipe Multidisciplinar de Avaliação e Acompanhamento de Processos Educacionais (EMAAPE);
- Apoio financeiro através do Programa de Bolsas;
- Participação em atividades de extensão;
- Organização de Encontros, Conferências e Congressos organizados pela FASB e participação em eventos por outras instituições;
- Participação em Eventos Educacionais;
- Área de convivência e jardins;
- Inserção precoce no mercado de trabalho, através de estágios não curriculares em empresas conveniadas.

5.3 Programas de apoio pedagógico e financeiro

5.3.1 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO

5.3.1.1 Programa de Nivelamento Discente

O Nivelamento discente já é uma prática na instituição, tendo sido realizado em várias oportunidades. O Conselho Superior, após avaliação da importância das atividades de nivelamento para manutenção do aluno nos cursos, regulamentou o Programa e passou a considerar a participação de Docentes como fator a ser observado no Plano de Carreira.

O Programa Interdisciplinar de Nivelamento Discente visa adequar a competência dos alunos a níveis necessários ao processo de aquisição do conhecimento.

O Programa de Nivelamento é uma atividade programada para atendimento aos acadêmicos iniciantes nos cursos da faculdade e tem como estratégia de ação uma programação diferenciada onde se desenvolvem atividades de apoio à demanda de desconhecimento das estruturas e dinâmicas institucionais, desnivelamento do conteúdo programático e ansiedade pela nova situação pessoal de estar no ensino superior.

As ações serão voltadas para a oferta de disciplinas especiais, orientadas para as maiores dificuldades apontadas pela coordenação e pelos discentes, além de atividades direcionadas a mudanças comportamentais, relacionando-se ao nivelamento curricular.

O Nivelamento tem como objetivos:

- Ampliar os conhecimentos dos alunos em conteúdos básicos e essenciais para a continuidade no Ensino Superior.
- Corrigir possíveis falhas no processo ensino-aprendizagem.
- Reforçar e revisar conteúdos necessários para o seu aprimoramento curricular.
- Proporcionar ao aluno ingressante o contato com os conteúdos de forma mais objetiva e clara evitando a desistência e /ou evasão.
- Promover aulas com conteúdos específicos das disciplinas nas quais as dificuldades se apresentam;

- Abordar, de maneira mais enfática os conteúdos específicos das disciplinas que os alunos apresentam mais dificuldade.

5.3.1.2 Programa de Monitoria

A monitoria consiste em atividade acadêmica de auxílio ao docente na execução das tarefas necessárias ao cumprimento do programa de ensino, sendo exercida pelos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Faculdade do Sul da Bahia - FASB.

A escolha dos alunos que atuarão como monitores é de responsabilidade do Coordenador de Curso em avaliação conjunta com os professores das disciplinas, sendo realizada sempre no início do período letivo, dando-se mediante processo seletivo, conforme edital

A coordenação de Curso encaminhará aos docentes, comunicado sobre o interesse pela utilização de monitores, bem como sobre o procedimento a ser adotado para a escolha do mesmo.

Será selecionado ou indicado um monitor por disciplina, que terá como função precípua, o auxílio na execução de tarefa necessária ao correto cumprimento do plano de ensino da disciplina a que estiver vinculado, sendo defeso a ele, a execução, isoladamente, de atividades e prerrogativas do professor.

O monitor deverá exercer atividades em horário no qual não esteja em atividade acadêmica das disciplinas matriculadas.

Além das atividades relacionadas ao curso de graduação, a monitoria também poderá ser exercida, nos cursos de pós-graduação, nas atividades de extensão e de estágio, bem como nos programas de nivelamento.

5.3.1.3 Equipe Multidisciplinar de Avaliação e Acompanhamento de Processos Educacionais (EMAAPE)

A Equipe Multidisciplinar de Avaliação e Acompanhamento de Processos Educacionais desenvolve ações que positivem a presença de alunos, bem como sua história, a fim de buscar possíveis soluções para dinâmicas e

conflitos relacionais, que permeiam o cotidiano da faculdade e que visem uma educação mais sólida e democrática.

O EMAAPE é responsável pelos processos:

- Setor de Acolhimento ao Aluno FASB (SAA-FASB);
- Orientação Educacional e Cognitiva (OEC);
- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Atendimento psicopedagógico e educacional

O Apoio Psicopedagógico tem por finalidade proporcionar aos docentes e discentes da Faculdade um projeto de apoio educacional que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, emocional e relação intra e interpessoal de modo que possa facilitar sua inserção profissional social e cultural.

O Apoio Psicopedagógico da FASB tem por objetivo a orientação de docentes em seu desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para a prevenção de dificuldades e a superação de conflitos, por meio do assessoramento da prática pedagógica, com vistas ao aprimoramento da qualidade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para atingir seus objetivos, o Apoio Psicopedagógico promove ações preventivas, mediativas e interventivas, com atividades de curto, médio e longo prazos, envolvendo diferentes setores da FASB.

O Apoio Psicopedagógico é regido por regulamento próprio e integrado por profissionais altamente comprometidos e com formação adequada para a que se propõe e para o atendimento a legislação vigente.

Os atendimentos psicopedagógicos aos discentes são:

- a) Orientações para o ato de estudar com objetividade e produtividade;
- b) Atendimentos individualizados e em grupo para acadêmicos, com enfoque na orientação educacional, visando à melhoria dos resultados da relação ensino-aprendizagem.

Orientação Educacional e Cognitiva (OEC)

A Orientação Educacional e Cognitiva (OEC) da Faculdade do Sul da Bahia (FASB) visa atender as demandas psicoeducacionais e cognitivas da comunidade acadêmica, favorecendo seu desenvolvimento integral e harmônico através de estímulos para o autoconhecimento e para a sua integração e inclusão educacional, social e profissional.

5.3.2 PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

No apoio financeiro a **Faculdade do Sul da Bahia** desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro.

PROUNI - a Faculdade do Sul da Bahia tem adesão ao Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Ministério da Educação (MEC);

FIES – Financiamento estudantil disponibilizado aos discentes, seguindo as normas da Legislação específica e as diretrizes do Governo Federal;

BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS (variam de 20 até 100%) – concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular onde são ofertadas as vagas;

DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS – concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente;

DESCONTO PONTUALIDADE – concessão de desconto nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

A Faculdade do Sul da Bahia também tem atendido com financiamento próprio, estudantes com baixas condições e que não foram contemplados com o FIES e que atendam a diferentes perfis socioeconômicos, o que contribui para um melhor planejamento financeiro de seus acadêmicos.

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

6.1 Estrutura Organizacional com as Instâncias de Decisão

A estrutura organizacional da FASB é formada pelos seguintes órgãos normativos, deliberativos e consultivos:

- **Conselho Superior** – órgão de instância máxima de deliberação da Faculdade do Sul da Bahia, em matéria de administração, ensino, pesquisa e extensão;
- **Conselho Acadêmico-Administrativo** – órgão de instância de deliberação da Faculdade do Sul da Bahia, em matéria administrativa e de ensino;
- **Colegiados de Curso** – órgão da estrutura acadêmica, para efeito de planejamento, orientação, assessoramento, execução e supervisão da organização acadêmica, administrativa e de distribuição de pessoal de um curso ou de um conjunto de cursos reunidos por área ou por outras afinidades, de acordo com proposição da Direção Acadêmica e homologada pela Direção Geral.

Já os órgãos de gestão de nível executivo, de apoio institucional e de fiscalização são:

- **Diretoria Geral** – órgão executivo superior de supervisão das atividades da Faculdade do Sul da Bahia;
- **Diretoria Executiva** – órgão executivo da Faculdade do Sul da Bahia;
- **Diretoria Acadêmica** - órgão executivo de supervisão e coordenação das atividades fins da Faculdade do Sul da Bahia;
- **Diretoria Administrativo-Financeira** - órgão executivo;
- **Coordenação de Curso** – função executiva das deliberações emanadas do Colegiado de Curso.

7 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

7.1 Procedimentos de Autoavaliação Institucional

Instituído pela lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Os princípios fundamentais do SINAES são:

- I. Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- II. Reconhecimento da diversidade do sistema;
- III. Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- IV. Globalidade, isto é, compreensão de que a Instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- V. Continuidade do processo avaliativo.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que

permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. As CPA devem ser constituídas por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação. Sendo assim, a Portaria nº 6, de 03 agosto de 2004, instituiu a Comissão Própria de Avaliação da FASB, com o objetivo de coordenar os processos internos de avaliação, sua sistematização e prestação de informações quando solicitadas pelo INEP e Mantenedora.

Nesse sentido, a autoavaliação é realizada através de trabalhos executados pela Comissão Própria de Avaliação, contando com a colaboração de vários setores da Instituição. Os resultados das avaliações realizadas por esta comissão possibilitam à Instituição planejar e atender demandas relacionadas à melhoria contínua do processo de ensino e de aprendizagem.

A autoavaliação da Faculdade do Sul da Bahia tem como requisitos:

- Existência de uma equipe de coordenação;
- Participação dos integrantes da instituição;
- Compromisso explícito por parte dos dirigentes em relação ao processo avaliativo;
- Informações válidas e confiáveis;
- Uso efetivo dos resultados.

7.2 Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

O processo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, instituído pela FACULDADE DO SUL DA BAHIA - FASB, tem como concepção basilar a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que fundamenta

o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES, na busca da melhoria da qualidade da educação superior, utilizando-se como variáveis os eixos: ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e estrutura física, na perspectiva das melhorias e do aprimoramento da eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A **metodologia** utilizada neste processo de autoavaliação seguirá as orientações gerais do SINAES, que prevê para autoavaliação ou avaliação institucional interna, três etapas a serem desenvolvidas, a saber:

a) **Preparação** - A etapa de preparação é composta de dois eventos principais: planejamento e sensibilização. O planejamento tem por objetivo preparar o processo a ser implantado. E a sensibilização tem como principal objetivo a busca do envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa, sendo desenvolvida por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros.

A etapa de planejamento tem como objetivo preparar o processo a ser implantado. E a sensibilização que tem como principal objetivo a busca do envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa, foi e será desenvolvida por meio da realização de reuniões, palestras, seminários entre outros.

b) **Desenvolvimento** - Etapa que se caracteriza pela concretização das atividades planejadas como: realização de reuniões ou debates de sensibilização; sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões.

A CPA realiza a aplicação de questionários junto aos discentes, docentes, técnico-administrativos e direção da instituição no final de cada semestre letivo. Uma síntese dos resultados das pesquisas é encaminhada para os coordenadores de curso e direção. Outra síntese é divulgada no portal da IES, nas salas de aula, nos murais da faculdade e em reuniões com

representantes das turmas para que a comunidade acadêmica tenha conhecimento dos resultados da pesquisa.

c) Consolidação da avaliação - Etapa designada à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

Tomando como base estas orientações gerais e, ao mesmo tempo, cuidando da identidade da Instituição, a CPA apresentará uma proposta metodológica que pode ser revista, de acordo com o momento e a participação dos diferentes profissionais da Instituição.

A semana de Avaliação Institucional é prevista no calendário institucional, disponibilizada em forma de questionário *online* para acesso da comunidade acadêmica. A tabela a seguir apresenta os eixos de avaliação:

Tabela 1 – Dimensões SINAES

EIXO DE AVALIAÇÃO	DIMENSÕES (SINAES)
Eixo 1 Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento e Avaliação (8)
Eixo 2 Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento Institucional (1)• Responsabilidade Social da Instituição (3)
Eixo 3 Políticas Acadêmicas	<ul style="list-style-type: none">• Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (2)• Comunicação com a Sociedade (4)• Políticas de Atendimento aos Discentes (9)
Eixo 4 Políticas de Gestão	<ul style="list-style-type: none">• Políticas de Pessoal (5)• Organização e Gestão da Instituição (6)• Sustentabilidade Financeira (10)
Eixo 5 Infraestrutura Física	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura Física (7)

Por fim, a metodologia trabalhada orienta todo o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumir novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

Para tanto, os resultados da autoavaliação são submetidos à apreciação da comunidade educativa com o objetivo de corrigir os possíveis erros provocados pela sistematização dos serviços realizados pelos agentes internos. Estes resultados são organizados e sistematizados a partir dos seguintes critérios:

- Planejamento das atividades, sensibilização da comunidade para reflexão sobre o processo de autoavaliação pela coordenação da CPA e equipe;
- Envolvimento dos funcionários de todos os setores na construção das dimensões a serem avaliadas;
- Participação ativa dos dirigentes da FASB em relação ao apoio institucional necessário à seriedade do processo;
- Utilização dos resultados na implementação de melhorias sinalizadas, sendo estas melhorias transformadas em ações a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo, destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional;
- Divulgação dos resultados através de informativos da Comissão Própria de Avaliação da FASB, através de banners e site.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar.2002. Secção 1, p. 8.

_____. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar 2002. Secção 1, p. 9.

_____. Parecer CNE/CP 9/2001 de 8 maio 2001.

VEIGA, I. P. A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. *O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas: Papirus, 2000.